

BC admite revisão no crédito rural

O diretor da Área de Crédito Rural, Industrial e de Programas Especiais do Banco Central, José Kleber Leite de Castro, disse ontem que a eventual desindexação da economia brasileira obrigará o Conselho Monetário Nacional (CMN) a rever os encargos aprovados na semana passada para os financiamentos à agropecuária, conforme a extensão das medidas em estudo. Admitiu, ainda, que os novos encargos aumentarão os lucros bancários para que as instituições privadas destinem mais recursos ao crédito rural.

Para o financiamento da próxima safra, o CMN buscou justamente indexar os encargos, com a vinculação automática e total à variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Por isso, Leite de Castro explicou que as medidas de desindexação poderão ter "impacto ponderável" sobre a sistemática de fixação dos juros agrícolas e dos preços mínimos, o que levará o CMN a rever os conceitos. Mas ressaltou que a questão da desindexação envolve "diversas conceituações e hipóteses".

Segundo o diretor do Banco Central, os ministros do Planejamento, Delfim Netto e da Agricultura, Amaury Stábile, prosseguem os estudos para a equalização dos preços internos e externos dos insumos rurais, embora sem poder prever se a medida entrará em vigor já na próxima safra agrícola. Na opinião de Leite de Castro, o governo poderá subsidiar a indústria de insumos, de acordo com a preocupação de Delfim de reduzir o diferencial entre os preços pagos pelos produtores brasileiros e aqueles suportados por agricultores de outros países.

Os bancos privados deverão aplicar, este ano, Cr\$ 1,6 trilhão na agropecuária.